

Balanco Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

Descrição	Ativo		Em milhares de reais	
	Nota	06/2018	06/2017	
Circulante		5.831.291	5.401.203	
Disponibilidades	4	9	17	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.910.808	4.576.846	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.910.808	4.576.846	
Títulos e Valores Mobiliários	6	420.047	581.876	
Carteira Própria		371.573	551.514	
Vinculados à Prestação de Garantias		48.474	30.362	
Relações Interfinanceiras	7	426.459	200.963	
Repasses Interfinanceiros		426.459	200.963	
Relações Interdependências		-	60	
Relações Interdependências		-	60	
Operações de Crédito	8	66.495	37.180	
Operações de Crédito - Setor Privado		66.529	37.200	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(34)	(20)	
Outros Créditos	9	6.287	3.398	
Diversos		6.287	3.398	
Outros Valores e Bens	10	1.186	863	
Outros Valores e Bens		938	695	
Despesas Antecipadas		248	168	
Não Circulante		1.370.629	845.033	
Realizável a Longo Prazo		1.150.548	646.978	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	305.315	128.609	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		305.315	128.609	
Títulos e Valores Mobiliários	6	802.347	461.822	
Carteira Própria		290.639	247.783	
Vinculados à Prestação de Garantias		511.708	214.039	
Relações Interfinanceiras	7	37.252	49.527	
Repasses Interfinanceiros		37.252	49.527	
Operações de Crédito	8	1.899	3.308	
Operações de Crédito - Setor Privado		1.903	3.308	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4)	-	
Outros Créditos	9	3.735	3.712	
Diversos		3.735	3.712	
Investimentos	11	213.612	190.292	
Ações e Cotas		213.612	190.292	
Imobilizado	12	4.536	4.609	
Outras Imobilizações de Uso		9.976	9.019	
(-) Depreciações Acumuladas		(5.440)	(4.410)	
Intangível		1.933	3.154	
Softwares		13.224	13.189	
(-) Amortizações Acumuladas		(11.291)	(10.035)	
Total do Ativo		7.201.920	6.246.236	



Balanco Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

Descrição	Passivo		06/2018	06/2017
	Nota			
Circulante			6.820.032	5.906.711
Depósitos	13		2.220.965	3.732.658
Depósitos à Vista			85	85
Depósitos a Prazo			2.220.880	3.732.573
Relações Interfinanceiras	14		4.544.352	1.948.829
Repasse Interfinanceiros			416.286	-
Centralização Financeira - Cooperativas			4.128.066	1.948.829
Relações Interdependências	15		872	987
Recursos em Trânsito de Terceiros			872	987
Obrigações por Repasses	16		19.678	201.562
Repasse - Outras Instit.. Oficiais			19.678	201.562
Outras Obrigações	17		34.165	22.675
Sociais e Estatutárias	17.1		2.036	860
Fiscais e Previdenciárias	17.2		487	431
Diversas	17.3		31.642	21.384
Não Circulante			29.843	55.274
Obrigações por Repasses no País	16		26.381	51.043
Repasse - Instituições Oficiais			4.653	4.615
Repasse - Outras Instit.. Oficiais			21.728	46.428
Outras Obrigações	17		3.462	4.231
Diversas	17.3		3.462	4.231
Patrimônio Líquido			352.045	284.249
Capital Social			279.813	233.619
Reserva de Capital			45.042	23.453
Reserva de Sobras			7.252	5.000
Sobras do Período			19.938	22.177
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			7.201.920	6.246.236

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstrações de Sobras ou Perdas
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Nota	Em milhares de reais	
		06/2018	06/2017
Receitas da Intermediação Financeira	20.1	192.658	301.290
Resultado com operações de crédito		839	1.011
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		191.680	295.193
Resultado de aplicações compulsórias		139	5.086
Despesas da Intermediação Financeira	21.1	(86.901)	(240.841)
Operações de captação no mercado		(73.501)	(235.707)
Operações de empréstimos e repasses		(13.171)	(5.260)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(229)	127
Resultado bruto da intermediação financeira		105.757	60.448
Outras receitas (despesas) operacionais		(85.442)	(38.288)
Receitas de prestação de serviços		97	61
Despesas de pessoal		(8.240)	(7.858)
Outras despesas administrativas		(12.269)	(8.290)
Despesas Tributárias		(91)	(71)
Outras Receitas Operacionais	20	59.193	39.968
Outras Despesas Operacionais	21	(124.132)	(62.098)
Resultado operacional		20.315	22.160
Resultado não operacional	22	7	30
Resultado antes da tributação e da participação na sobra		20.322	22.190
Imposto de renda e contribuição social		-	(13)
Imposto de Renda		-	(6)
Contribuição Social		-	(7)
Participação nos Lucros		(383)	-
Sobra líquida		19.938	22.177

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas		Sobras ou Perdas Acumuladas	Período Atual	Período Anterior
			Legal	Outras			
Saldos em 30 de junho de 2017	233.619	23.453	4.990	10	22.177	284.249	258.536
Destinações :							
- Reservas	-	7.882	2.252	-	(10.134)	-	-
- FATES	-	-	-	-	(1.427)	(1.427)	(684)
- Destinação AGO	5.630	5.630	-	-	(11.260)	-	-
Movimentação de Capital:							
- Por Subscrição/Realização	40.565	-	-	-	-	40.565	-
Outros Eventos:							
- Absorção – FATES	-	-	-	-	644	644	-
- Contribuições Monetárias Para Reserva	-	2.982	-	-	-	2.982	4.454
- Reversão de Reserva	-	(2.000)	-	-	-	(2.000)	(234)
- Devolução Para Reserva	-	7.094	-	-	-	7.094	-
Sobra Líquida (Perda) do Período	-	-	-	-	19.938	19.938	-
Saldos em 30 de junho 2018	279.814	45.041	7.242	10	19.938	352.045	284.249
Mutações do Período	46.195	21.588	2.252	-	(2.239)	67.796	25.713

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em milhares de reais	
	06/2018	06/2017
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado antes da tributação e da participação na sobra	20.322	22.190
Ajustes		
IRPJ / CSLL	-	(13)
Provisão para Operações de Crédito	17	(65)
Participação nos Lucros	(383)	-
Depreciações e Amortizações	2.286	2.122
	22.242	24.234
Aumento (redução) em ativos operacionais	(4.532.374)	33.133
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.197.064)	22.095
Títulos e Valores Mobiliários	(90.928)	71.045
Relações Interfinanceiras	(213.222)	(101.255)
Operações de Crédito	(27.924)	43.673
Outros Créditos	(2.912)	(2.275)
Outros Valores e Bens	(324)	(150)
Aumento (redução) em passivos operacionais	887.889	1.372.346
Depósitos	(1.511.693)	(510.794)
Outras Obrigações	10.721	18.590
Relações Interdependências	(115)	587
Relações Interfinanceiras	2.595.523	1.767.811
Obrigações por Repasses no país	(206.547)	96.152
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.622.243)	1.429.713
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
Investimento	(23.320)	(42.407)
Imobilizações de Uso	(991)	(2.369)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(24.311)	(44.776)
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
Aumento por novos aportes de Capital	40.565	-
Destinações	(1.427)	(684)
Devolução Para Reserva	7.094	-
Contribuição Monetária Para Reservas	2.982	4.454
Reversão de Reservas	(2.000)	(234)
Absorção – Fundos	644	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	47.858	3.536
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.598.696)	1.388.473
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	4.408.589	3.020.116
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	809.893	4.408.589
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.598.696)	1.388.473

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Valores em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativa, fundada em **08/11/1985**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela diretoria executiva em 13/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução – CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços às Cooperativas ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa	6	14
Numerários em Trânsito	3	3
TOTAL	9	17

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado através de provisões.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
De curto prazo	4.910.808	4.576.846
De longo prazo	305.315	128.609
TOTAL	5.216.123	4.705.455

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Título De Renda Fixa	414.213	553.166
Cotas De Fundos De Investimento	248.000	246.132
Vinculados a Prestação de Garantias	560.181	244.401
TOTAL	1.222.394	1.043.699

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104,90% do CDI.

7. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cooperativas de Crédito Rural	459.615	247.087
Centralização Financeira	4.342	3.500
(-) Cooperativas de Crédito Rural	(246)	(97)
TOTAL	463.711	250.490

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	65.910	229	66.138	38.039
Financiamentos	619	1.674	2.293	2.469
(-) Provisões para Operações de Crédito	(34)	(4)	(37)	(20)
TOTAL	66.495	1.899	68.394	40.488

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Financiamentos	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA	-	Normal	60.502	1.629	62.131	-	39.879	
A	0,5%	Normal	5.417	581	5.998	(30)	449	(2)
B	1%	Normal	-	84	84	(1)	-	-
C	3%	Normal	219	-	219	(7)	-	-
D	10%	Normal	-	-	-	-	179	(18)
Total Normal			66.138	2.294	68.432	(38)	40.508	(20)
Total Geral			66.138	2.294	68.432	(38)	40.508	(20)
Provisões			(34)	(4)	(38)		(20)	
Total Líquido			66.104	2.290	68.394		40.488	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	215	65.696	228	66.139
Financiamentos	-	619	1.674	2.293
TOTAL	215	66.315	1.902	68.432

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Diversos (a)	10.022	7.110
TOTAL	10.022	7.110

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por depósitos em garantia (R\$3.735), a participação a receber da Sicoob Corretora referente 06/2018 (R\$2.637) e a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação (R\$2.282).

10. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Material em Estoque	938	695
Despesas Antecipadas (a)	248	168
TOTAL	1.186	863

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados e outros.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações inst financ controlada coop crédito	171.666	147.789
Participações coop exceto coop central crédito	198	
Sicoob Confederação	41.484	40.689
Participações empre controlada coop central crédito	261	1.811
Outras participações	5	5
(-) ações de empresa telefônica	(2)	(2)
TOTAL	213.612	190.292

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Instalações	506	449	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(126)	(36)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.228	2.925	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.230)	(948)	
Sistema de Comunicação	422	396	20%
Sistema de Processamento de Dados	4.975	4.563	10%
Sistema de Segurança	565	407	10%
Sistema de Transporte	280	280	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(4.084)	(3.427)	
TOTAL	4.536	4.609	

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata às cooperativas, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	85	85
Depósito Sob Aviso	676	631
Depósito a Prazo	2.220.204	3.731.942
TOTAL	2.220.965	3.732.658

Os depósitos, até o limite de R\$250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(20)	(33)
Despesas de Depósitos a Prazo	(73.480)	(235.675)
TOTAL	(73.500)	(235.708)

14. Relações Interfinanceiras

São demonstrados recursos captados junto a outras instituições acrescido de encargos financeiros para fins de repasse as cooperativas associadas na modalidade de Credito Rural.

É também composto da centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas singulares, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recursos de crédito rural	416.286	-
Centralização financeira – cooperativas	4.128.066	1.948.829
TOTAL	4.544.352	1.948.829

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	872	987
TOTAL	872	987

16. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse às Cooperativas associadas em diversas modalidades e capital de giro.

Instituições	30/06/2018		30/06/2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
HSBC	13.966	16.616	12.503	30.325
ITAU	5.573	4.229	188.376	15.301
BADESC	139	882	219	803
BNDES	-	4.654	-	4.613
SAFRA	-	-	465	-
TOTAL	19.678	26.381	201.563	51.044

17. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Sociais e Estatutárias	2.036	860
Fiscais e Previdenciárias	487	431
Diversas (a)	35.104	25.615
TOTAL	37.627	26.906

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	1.159	667
Resultado de Atos com Não Associados (a)	319	18
Gratificações e Participações a Pagar (b)	383	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	175	175
TOTAL	2.036	860

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo a instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a um Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, no qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados a realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de cooperativas desligadas.

17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	13
Impostos e contribuições a recolher	487	418
TOTAL	487	431

17.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1	1
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	3.941	4.633
Provisão para Passivos Contingentes (b)	7.022	4.231
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	14
Credores Diversos – País (c)	24.140	16.736
TOTAL	35.104	25.615

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Central é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	3.400	3.516	3.308	3.414
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	62	219	66	298
Outros	3.560	-	858	-
TOTAL	7.022	3.735	4.231	3.712



PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda remota. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis.

(c) Refere-se, substancialmente, a remuneração da centralização financeira no período de junho de 2018, com previsão de pagamento às filiadas em julho de 2018.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$3,00 cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada Cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	279.813	233.619
Associados	43	41

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, quando do encerramento do exercício social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35%, podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao SICOOB CENTRAL SC/RS, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas

participantes do SICOOB CENTRAL SC/RS, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas, quando do encerramento do exercício social, conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Recuperação de Encargos e Despesas	1.739	1.027
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	40	28
Rendas de Repasses Interfinanceiros (a)	14.148	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	332	28
Atualização de Depósitos Judiciais	45	473
Outras Rendas Operacionais (b)	42.889	38.468
TOTAL	59.193	40.024

(a) A variação demonstrada na renda auferida no período 2018/2017, refere-se à reclassificação da carteira de crédito em atendimento as Cartas Circulares BCB nº 3.767 e nº 3.797, reconhecida no 1º semestre de 2017 em rendas de operações de crédito.

(b) Refere-se, substancialmente, rateio de despesas da Central entre as cooperativas filiadas.

20.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2	3
Rendas de Empréstimos	764	913
Rendas de Financiamentos	73	95
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	170.643	253.939
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	21.036	41.254
Resultado de Aplicações Compulsórias	139	5.086
TOTAL	192.657	301.290

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(123.828)	(61.520)
Provisão para Passivos Contingentes	(41)	(473)
Provisão para Passivos Trabalhistas	(4)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(14)	(6)
Outras Despesas Operacionais	(244)	(98)
Garantias Financeiras Prestadas	(13)	(7)
TOTAL	(124.144)	(62.104)

21.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Despesas De Captação	(73.501)	(235.707)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(13.171)	(5.260)
Provisões para operações de crédito	(228)	(127)
TOTAL	(86.900)	(241.094)

22. Resultado não operacional

Descrição	1º SEMESTRE 2018	1º SEMESTRE 2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	30
Ganhos de Capital	7	-
Resultado Líquido	7	30

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são cooperativas singulares com representantes na central, conselho de administração e diretoria executiva representadas pelas pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Central.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Central Sicoob SC/RS e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da central e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: garantia fidejussória, penhor cédula, caução e garantias reais

Operações ativas e passivas – saldo em **30 de junho de 2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Empréstimo	25.121	38%
Financiamento	132	6%
Crédito Rural	198.235	43%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.904.602	46,14%	0%
Depósitos a Prazo	457.776	20,62%	0,53%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,03%
Crédito Rural (modalidades)	0,04%

No 1º semestre de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, vale alimentação, custeio parcial de previdência privada, custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2018	
Honorários	(428)
Encargos Sociais	(122)
Vale Alimentação	(20)
Previdência Privada	(11)
Plano de Saúde	(2)

24. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- (a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- (b) Análise de descasamentos entre Ativos e Passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- (c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- (d) Realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- (e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- (f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 dias;
- (g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e os possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **30 de Junho de 2018**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$1.151 (um milhão cento e cinquenta mil oitocentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CENTRAL SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **30 de junho de 2018**.

28. Benefícios a empregados

A Central é patrocinadora por um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Central são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2018 totalizaram R\$38 mil.

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Sicoob Central SC/RS
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Sicoob Central SC/RS, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Sicoob Central SC/RS em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo /SP, 21 de agosto de 2018.




Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1